REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

DA ESPONTANEIDADE À EFETIVAÇÃO JURÍDICA, UMA BREVE GENEALOGIA DA SOLIDARIEDADE

FROM SPONTANEITY TO LEGAL EFFECTIVENESS, A BRIEF GENEALOGY OF SOLIDARITY

Rafael Grassi Pinto Ferreira¹

André Rubião²

Resumo.

O objetivo deste trabalho é analisar a solidariedade, numa perspectiva histórica, especialmente voltada para as relações sociais. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com base no método genealógico foucaultiano, no sentido de entender as origens e as transformações da solidariedade, além das estruturas de poder por trás dela, para capturar elementos que demonstrem sua relevância no direito e na sociedade. Pretende-se demonstrar que a solidariedade é uma característica inerente ao indivíduo e que ganhou relevância na medida em que evoluiu de uma dimensão moral e filosófica para uma perspectiva coletiva ou social, obtendo *status* de princípio constitucional, a partir do início do século XX. Muito além de uma garantia jurídica, que ainda precisa ser concretizada na realidade social, conclui-se que a educação é a ferramenta privilegiada para efetivar os ideais reivindicados pelas teorias ligadas à solidariedade.

Palavras-chave: solidariedade, individualismo, direitos fundamentais, responsabilidade social, educação.

Abstract

This work aims to approach solidarity from a historical perspective with a special focus on social relations. It is a qualitative study, based on the Foucaultian genealogical method, in order to understand the origins and transformations of solidarity beyond its hidden power structures, to capture elements that demonstrate its relevance in law and in society. It intends to demonstrate that solidarity is an inherent characteristic of the individual and that it gained relevance in so far as it evolved from a moral and philosophical

¹ Mestrando em Direito das Relações Econômicas e Sociais na Faculdade de Direito Milton Campos. Milton Campos (FMC), Minas Gerais, Brasil. E-mail: rafaelgrassi@globo.com

² Doutor em Ciência Política Universidade Paris 8, Mestre em Filosofia do Direito Universidade Paris 2. Professor do Curso de Direito da Faculdade Milton Campos (FMC), Minas Gerais, Brasil. E-mail: andrerubiao@hotmail.com

dimension to a collective or social perspective, obtaining constitutional principle status in the beginning of the twentieth century. Beyond a legal guarantee, which still needs to be fulfilled in the social reality, the article concludes that education is the privileged tool to realize the ideals claimed by the theories linked to solidarity.

Keywords: solidarity, individualism, fundamental rights, social responsibility, education.

Introdução

Ao desembarcar na América, em meados do século XIX, Tocqueville percebeu os paradoxos da democracia liberal.³ Ao contrário da onda socialista, que desconfiava do modelo emergente, o viajante francês enxergou o potencial da liberdade e da isonomia para a formação de um ser humano inquietante, com vontade de produzir e se superar, distanciando-se do caminho da servidão. Ao mesmo tempo, Tocqueville tinha dois grandes receios: i) como impedir que a defesa da democracia ameace os indivíduos e instaure a tirania da maioria?; ii) como impedir que a valorização da liberdade produza uma sociedade cada vez mais egoísta? Essas perguntas, com suas devidas variações⁴, vêm instigando a reflexão social ao longo do tempo. Para Tocqueville, a resposta se apresentava de forma clara: era preciso valorizar a solidariedade. A democracia precisa de corpos secundários, como assembleias provinciais, clubes, associações etc., onde as pessoas criem laços para uma harmonia social. Entre o individualismo e socialismo radicais, seria a solidariedade a solução intermediária?

Este artigo pretende fazer uma breve genealogia⁵ da solidariedade. Como é próprio desse método foucaultiano, trata-se não somente de entender as origens históricas e as transformações de determinados fenômenos, mas

³ TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

⁴ Habermas, por exemplo, ao buscar uma síntese entre autonomia pública (dos comunitaristas) e autonomia privada (dos liberais) caminha no mesmo sentido. Cf. HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

⁵ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

também de encontrar, nas práticas discursivas e não discursivas, as estruturas de poder por trás deles, com o intuito de transformar a realidade.

Pesquisas recentes, no campo da psicologia social, mostram como o ser humano, desde os primeiros anos de vida, já apresenta uma tendência de se preocupar com o outro.⁶ Apesar disso, num mundo cada vez mais competitivo⁷, a antropologia solidária vem sofrendo ameaças. Não se trata de uma novidade. Quando os sofistas surgiram em Atenas, oferecendo uma pedagogia individualizada, a reação de Sócrates foi imediata: não podemos negar a importância do mérito pessoal, dizia ele, mas a educação também passa por um viés coletivo, voltado para a formação do cidadão.⁸ Dessa forma, este artigo pretende buscar alguns traços da solidariedade ao longo da história, com o intuito de que esse conceito possa continuar transformando a realidade social, em especial por meio da educação.

Na primeira seção, serão abordadas a solidariedade filosófica (no sentido de aceitar as diferenças) e a solidariedade moral (voltada para ajudar o próximo). Presentes em correntes distintas do pensamento laico e religioso, essas duas concepções influenciaram a solidariedade social, que será abordada na segunda seção. Idealizada na sua relação com o Estado, esta dimensão da solidariedade será examinada por meio de autores como Marx, Durkheim e Giddens. Já na terceira seção, analisaremos a solidariedade sob o aspecto jurídico, mostrando suas características na tradição constitucional brasileira e como ela pode ser um ponto de equilíbrio entre os valores da igualdade e da liberdade individual. Por fim, na quarta seção, exploraremos o potencial da educação para a consolidação da solidariedade no seio da sociedade.

1. A solidariedade filosófica e moral

⁶ Cf. BLOOM, Paul. **O que nos faz bons ou maus**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014. Bloom apresenta diversas pesquisas empíricas com recém-nascidos e crianças, mostrando que eles possuem senso moral, empatia e senso rudimentar de equidade e justiça.

⁷ BLEDSTEIN, Burton J. **The Culture of Professionalism. The Middle Class and the Development of Higher Education in America**. New York: W. W. Norton & Company, 1976.

⁸ MONROE, Paul. **História da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

A solidariedade é uma das características que acompanha o ser humano desde os primórdios do seu desenvolvimento, manifestada especialmente em relação àqueles com os quais possui parentesco ou proximidade, e foi um dos fatores que permitiu saltar da animalidade para a humanidade.⁹

Mas a solidariedade entre semelhantes não chega a ser um comportamento exclusivo dos humanos. Para Darwin, tanto os humanos quanto os animais têm características comuns, como o instinto de sobrevivência e a defesa e cuidado com a prole, que são determinantes para manter a coesão e perpetuação do grupo ou espécie.¹⁰

O conceito de solidariedade ganhou relevância na medida em que ele se afastou da ideia original de cooperação para a sobrevivência do indivíduo e de seus semelhantes e atingiu a dimensão filosófica e moral, no sentido viver em harmonia com as pessoas diferentes e ajudar os desiguais.

A dificuldade de aceitação e convivência com o outro motivou discórdias, preconceitos e guerras. O padrão histórico foi o de não aceitação das diferenças, sejam elas relativas à religião, à posição social, ao idioma, à raça, à origem geográfica, dentre outras. Apesar das dificuldades, as doutrinas de conjugação das diferenças não são novas. No período pré-socrático, o filósofo Heráclito definiu como “lei natural” a relação de interdependência entre dois conceitos opostos, em permanente luta e que guardavam uma relação de dependência entre si. Nesta linha de raciocínio, não existiria o conceito de sombras sem a conceituação de luz. Para Heráclito, “tudo que é contrário se concilia e das cousas diferentes nasce a mais bela harmonia e tudo é gerado por via de contraste.”¹¹

A busca da harmonia nas diferenças também está presente na filosofia oriental, como se pode observar no Taoísmo, que há milênios construiu as figuras conceituais do *Yin* e do *Yang*. Através deles, são representadas as duas forças opostas e complementares que se encontram em todas as coisas que existem no universo. O *yin* é a representação do feminino, da noite, da

⁹ MORIN, Edgar. **O método III**. Lisboa: Publicações Europa – América, 1993, p. 32.

¹⁰ DARWIN, Charles. **The descent of man**. Chicago; London; Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952.

¹¹ MONDOLFO, Rodolfo. **O pensamento antigo**. São Paulo: Editora Mestre Joul, 1971, p. 31.

lua, da passividade, do silêncio. E o *yang*, em oposição, é a representação do masculino, do dia, do sol, da luz, da atividade, do som. O equilíbrio dinâmico dessas duas forças fundamentais seria responsável pela movimentação para as mudanças em todos os aspectos: material, corporal, mental, sentimental, profissional, social.¹² No Taoísmo, assim como em Heráclito, um ponto de vista só pode ser definido pelo seu oposto.

Além desse aspecto filosófico, no sentido do respeito pelas diferenças, a solidariedade ganhou um componente moral, sobretudo por meio das religiões, com a vontade e o dever de ajudar ao próximo. Estimulando a solidariedade para com as pessoas menos favorecidas, Jesus pregava que “todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizeste [...] todas as vezes que deixastes de fazer isto a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer.”¹³

O apóstolo Paulo, após a crucificação e morte de Jesus, foi para a Grécia para pregar o cristianismo, onde registrou na Primeira Epístola aos Coríntios:

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se eu não tiver caridade, sou como um bronze que soa, ou como o címbalo que retine. Mesmo que eu tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência; mesmo que eu tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se eu não tiver caridade, não sou nada. Ainda que eu distribuísse todos os meus bens em sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, de nada valeria!. [...] Por ora subsistem a fé, a esperança e a caridade – as três. Porém a maior delas é a caridade.¹⁴

O texto acima é baseado na *Vulgata*, que é a versão em latim da Bíblia (usada pela Igreja Católica Romana a partir do século IV e que ainda hoje é fonte para traduções) e que foi baseada em textos hebraicos. Curioso observar que a versão mais antiga da Bíblia, a *Septuaginta*, do século I, não é em latim, mas em grego, e que nela não há palavra “caridade”, mas a palavra “amor” (*agapi*, em grego). Essas diferenças não chegam a constituir uma contradição, pois não se tem conhecimento da existência da palavra caridade no grego

¹² WU, J. **Tai Chi Chuan: a alquimia do movimento**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 26.

¹³ BÍBLIA, Mateus, 25, 40. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987, p. 1316.

¹⁴ BÍBLIA, I Coríntios, 13. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987, p. 1477.

antigo (os gregos possuíam vários vocábulos para designar a palavra que conhecemos por “amor”, tais como *ágape*, *caritas*, *eros*). Assim, é razoável entender que a caridade e o amor eram palavras muito próximas no grego antigo, de tal forma que a caridade poderia ser entendida como o amor em ação, o trabalho com sentimento genuíno de favorecer outras pessoas.

No cristianismo, a caridade é pregada como um ato natural e inerente ao ser humano e não como ato extraordinário. Nesse sentido, o Evangelho de Mateus relata que Cristo ensinava que não se deve “fazer vossas boas obras diante dos homens, para serdes vistos por eles [...] e quando, pois, deres esmolas não toques a trombeta diante de ti, como fazer os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem louvados pelos homens.”¹⁵

Também na doutrina Espírita a caridade é valorizada como forma de crescimento espiritual. Segundo Allan Kardec, o forte deve trabalhar pelo fraco e, na falta da família para ampará-lo, a sociedade deve exercer este papel: é a lei da caridade. Toda ocupação útil, espiritual ou corporal é trabalho e se essa utilidade visa o próximo ela será caridade. Afirmou ainda que numa sociedade baseada na justiça “a vida do fraco deve ser provida sem humilhação. Deve ser assegurada a existência dos que não podem trabalhar, sem os deixar à mercê do acaso e da boa vontade”.¹⁶

A caridade, a solidariedade e a compreensão das diferenças estão presentes nos fundamentos doutrinários de várias religiões e filosofias, embora, por disputas de poder e territórios, tenham sido distorcidas e utilizados em sentido oposto, para justificar uma maior separação, repressão, perseguição e a destruição dos pensamentos diferenciados que pudessem, de alguma forma, incomodar ao pensamento hegemônico e gerar mudanças sociais não desejadas pelas classes dominantes. No entanto, foi a partir dessa solidariedade filosófica e moral que se instituíram as bases para o desenvolvimento de uma solidariedade social ou coletiva, centrada na figura do Estado.

2. A solidariedade social

¹⁵ BÍBLIA, Mateus, 6, 2. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987, p. 1289.

¹⁶ KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. São Paulo: Editora Pensamento, 1997, p.235, 290.

A partir do fim da Idade Média, acentua-se a crítica ao abismo entre a nobreza e clero, em contraposição com a plebe e a burguesia emergente. A partir da consciência dessas desigualdades, a questão social ganha relevância, demandando reformas que estructurem um novo modo de vida em sociedade.

A Revolução Francesa eclodiu no final da Idade Moderna com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, proporcionando uma mudança com repercussão mundial. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, contemplou de forma explícita a “igualdade” e a “liberdade”, ideais importantes para a burguesia. O ideal da “fraternidade”, por sua vez, quase desapareceu, sendo contemplado de forma apenas implícita, como se vê, por exemplo, no artigo 13 do referido documento: “Para manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.”¹⁷

O texto da Declaração de 1789 suscitou diversas críticas relacionadas à sua adequação aos ideais revolucionários e à efetiva intenção das forças políticas que a promoveram, como apontado por Norberto Bobbio:

A Declaração, desde então até hoje, foi submetida a duas críticas recorrentes e opostas: foi acusada de excessiva abstratividade pelos reacionários e conservadores em geral; e de excessiva ligação com os interesses de uma classe particular, por Marx e pela esquerda em geral. [...] Mas será mesmo verdade que os constituintes franceses eram assim tão pouco atentos, com a cabeça nas nuvens e os pés bem longe do chão? A essa pergunta, respondeu-se com a observação de que aqueles direitos aparentemente abstratos eram realmente, na intenção dos constituintes, instrumentos de polêmica política, cada um deles devendo ser interpretado como a antítese de um abuso do poder que se queria combater, já que os revolucionários, como dissera Mirabeau, mais que uma Declaração abstrata de direitos, tinham querido fazer um ato de guerra contra os tiranos. [...] A crítica oposta – segundo a qual a Declaração, em vez de ser demasiadamente abstrata, era tão concreta e historicamente determinada que, na verdade, não era a defesa do homem em geral [...] mas do burguês que existia de carne e osso e que lutava pela própria emancipação de classe contra a aristocracia [...] os direitos tutelados pela Declaração eram os direitos do burguês, do homem (explicava Marx) egoísta, do

¹⁷ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. In: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em 18.11.2018.

homem separado dos outros homens e da comunidade, do homem enquanto 'mônada isolada e fechada em si mesma'. [...] ¹⁸

A deliberada abstratividade, necessária à época para evitar grandes polêmicas, e a individualidade, necessária para a reafirmar o novo *status* do homem que deixou de ser servo para ter um papel de maior relevância social, viabilizaram a carta francesa naquele conturbado momento histórico.

Os turbulentos anos posteriores à Revolução Francesa e a subsequente Revolução Industrial que abarcou o continente europeu evidenciaram uma situação social deplorável: o povo não se beneficiou das ideias revolucionárias, nem das riquezas econômicas advindas da industrialização.

Ganharam força as ideias socialistas que buscavam resgatar as promessas da revolução francesa em uma dimensão mais amplamente definida: liberdade não só física, mas também econômica, igualdade não só jurídica, mas também de fato, e a fraternidade que fora politicamente esquecida.

Marx é o expoente maior das ideias socialistas e se afastou das teorias de seus antecessores, pregando que a brutal violência social que massacrava os trabalhadores somente poderia ser superada por uma revolução proletária, ainda mais forte, que imporia a derrocada do capitalismo. Somente através de um regime socialista tutelado pelo Estado seria possível atingir a verdadeira igualdade econômica e social.

O conflito natural e insuperável da relação capital-trabalho está presente em toda obra de Marx, para quem a luta de classes demanda medidas transformadoras que não de ser executadas pelos trabalhadores. Em um dos trechos mais contundentes do Manifesto do Partido Comunista, Marx profetizou que o conflito capital-trabalho é inevitável e resultará na destruição do capitalismo pela força revolucionária dos trabalhadores:

Esboçando as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos a guerra civil mais ou menos oculta dentro da sociedade atual, até o momento em que ela explode numa revolução aberta e o proletariado funda a sua denominação com a derrubada violenta da burguesia [...] A condição mais essencial para a existência e a dominação da burguesia é a acumulação da riqueza nas mãos de

¹⁸

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p.112.

particulares, a formação e aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.¹⁹

Os acontecimentos não se desenrolaram da forma como Marx previra, pois a derrocada do capitalismo não aconteceu. Mas a maior virtude de Marx não foi a previsão dos desdobramentos futuros das relações do trabalho e da economia, tendo em vista que suas ideias, por mais valorosas que fossem, se mostraram equivocadas e inexecutáveis diante da natureza humana, da mutabilidade do capitalismo e do desenvolvimento social. A contribuição marxista mais importante foi realizar uma profunda leitura das relações de trabalho de sua época, revelar as suas contradições e desvantagens para os trabalhadores e estimular discussões e reformas sociais.

Sem dúvida, ao longo dos anos, até os próprios capitalistas se valeram de leituras marxistas para acomodar suas ambições a níveis que compatibilizem o trabalho subordinado com os níveis necessários de gestão econômica para a sustentabilidade empresarial. Marx, no Manifesto, fez críticas ao socialismo conservador ou burguês, citando a Filosofia da Miséria de Proudhon como exemplo de um sistema que desejava apenas

Remediar os males sociais para manter a existência da sociedade burguesa, e que, assim, visavam unicamente melhoramentos administrativos realizados no terreno daquelas mesmas relações de produção, que, portanto, não mudam em nada as relações entre capital e trabalho assalariado.²⁰

Críticas similares também foram feitas por Marx e Engels aos comunistas utópicos, tais como Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, que reconheciam o antagonismo de classes, mas não apontavam “as

¹⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013, P. 56-57.

²⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013, p. 75-76.

condições materiais para a emancipação do proletariado limitando-se na procura de uma ciência social, de leis sociais, para criar tais condições.”²¹

Um exemplo prático da ponderação de ideias sociais e liberais foram os acontecimentos que sucederam ao movimento revolucionário conhecido como a Comuna de Paris, que é considerada a primeira experiência governamental socialista. Após os desgastes bélicos e a assinatura do tratado de rendição à Prússia, o governo da França estava gravemente fragilizado e impopular, as condições dos trabalhadores eram péssimas e a carga tributária fora aumentada para cobrir as despesas de guerra. A insurreição popular em Paris estourou em 18 de março de 1871, derrubando o governo republicano. Jacobinos e socialistas constituíram um novo governo para a cidade que adotou medidas que visavam a melhoria das condições de vida e trabalho, especialmente para as pessoas de baixa renda, tais como: controle de preços de gêneros alimentícios, ampliação dos prazos para o pagamento dos aluguéis, fixação do valor mínimo dos salários dos trabalhadores, adoção de medidas de proteção contra o desemprego, administração das fábricas da cidade pelos próprios operários, administração do governo municipal de Paris feita pelos próprios funcionários públicos, estabelecimento de ensino gratuito para todos.

Em 28 de maio, apenas 72 dias depois, o governo republicano retomou o controle da cidade de Paris, mas foi forçado a adotar medidas que atendessem ao descontentamento popular e às crescentes ideias socialistas. Trata-se do prenúncio de um novo movimento denominado solidarismo jurídico, como apontado por Rodolfo Sampaio Junior:

A solidariedade incorporou-se ao discurso jurídico como o instrumento ideal para apascentar os acirrados ânimos da época e para neutralizar as inflamadas tentativas de subversão da ordem política e social, ao mesmo tempo em que mantinha os fundamentos de uma sociedade capitalista e liberal.[...] O solidarismo jurídico propugnava, essencialmente, nas palavras de Léon Bourgeois, um de seus primeiros expoentes, que entre as pessoas haveria “um dever moral que resulta do fato de que as gerações presentes têm uma dívida com o passado”. Ademais, considerando ser o “caráter dos seres ou das coisas ligado de tal maneira que o que acontece com um deles atinge os outros [concluiu que] daí nasce um dever moral de um todo”. Por conseguinte, “a ordem jurídica deve ser organizada de

²¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013, p. 77.

maneira que cada um possa exercer sua função social, em conformidade com as exigências da solidariedade.²²

Nesse momento histórico é perceptível o transbordamento do conceito de solidariedade, que deixa de se limitar a uma virtude moral ou filosófica e passa a ser considerada como um princípio jurídico, ligado ao Estado.

Na mesma esteira do solidarismo jurídico, Duguit asseverava a preponderância da função social, não só das coisas, mas notadamente dos indivíduos, de maneira que os direitos a eles conferidos tinham a finalidade maior de viabilizar a sua utilização, solidariamente, em prol da comunidade:

Estabelecido o direito objetivo na solidariedade social, o direito “subjetivo” daí deriva, direta e logicamente. E sendo todo indivíduo obrigado pelo direito objetivo a cooperar na solidariedade social, resulta que ele tem o “direito” de praticar todos aqueles atos com os quais coopera na solidariedade social, refutando, por outro lado, qualquer obstáculo à realização do papel social que lhe cabe. O homem em sociedade tem direitos; mas esses direitos não são prerrogativas pela sua qualidade de homem; são poderes que lhe pertencem porque, sendo homem social, tem obrigações a cumprir e precisa ter o poder de cumpri-las. [...] Porque existe uma regra de direito que obriga cada homem desempenhar determinado papel social, é que cada homem goza de direitos – direitos que têm assim, por princípio e limites, o desempenho a que estão sujeitos.²³

Leon Duguit apontava uma correlação entre a liberdade individual, a divisão do trabalho e a solidariedade social:

A liberdade, sem dúvida, é um direito e não uma prerrogativa que acompanha o homem pela sua natureza de homem. A liberdade é um direito porque o homem tem o dever de desenvolver sua atividade tão plenamente quanto possível, uma vez que a sua atividade individual é fator essencial da solidariedade por divisão de trabalho. Enfim, o homem desfruta do direito de desenvolver sua atividade com liberdade, mas, ao mesmo tempo, só possui esse direito enquanto consagra o seu exercício à realização da solidariedade social.²⁴

Esse solidarismo, desenvolvido por Duguit na esfera jurídica, foi amplamente abordado por seu contemporâneo Émile Durkheim, na obra *Da*

²² SAMPAIO JUNIOR, Rodolpho Barreto. **Da Liberdade ao Controle. Os riscos do Novo Direito Civil Brasileiro**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2009, p.36.

²³ DUGUIT, Léon. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Ícone, 1996, p.27.

²⁴ DUGUIT, Léon. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Ícone, 1996, p.28.

Divisão do Trabalho Social, publicada originalmente em 1893, na qual ele construiu uma ponte entre aspectos sociológicos e jurídicos:

A solidariedade social, porém, é um fenômeno totalmente moral, que, por si, não se presta à observação exata, nem sobretudo, à medida. Para proceder tanto a essa classificação quanto a essa comparação, é necessário, portanto, substituir o fato interno que nos escapa por um fato externo que o simbolize e estudar o primeiro através do segundo. Esse símbolo visível é o direito. De fato, onde existe a solidariedade social, apesar do seu caráter imaterial, ela não permanece no estudado de pura potencialidade, mas manifesta sua presença através de efeitos sensíveis. [...]. Quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, mais mantêm relações diversas seja uns com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente, pois, se seus encontros fossem raros, só dependeriam uns dos outros de maneira intermitente e fraca. Por outro lado, o número dessas relações é necessariamente proporcional aos das regras jurídicas que as determinam. De fato, a vida social, onde quer que exista de maneira duradoura, tende inevitavelmente a tomar uma forma definida a se organizar e o direito nada mais é que essa mesma organização no que ela tem de mais estável e de mais preciso.²⁵

Interessante observar que Durkheim antecipava fenômenos jurídicos que, somente alguns séculos depois, ganhariam relevo nas discussões da doutrina jurídica, qual seja, os fenômenos da *publicização do direito privado* e da *privatização do direito público*:

Para esse trabalho, não podemos utilizar as distinções correntes entre os juristas. Imaginadas para a prática, elas podem ser muito cômodas desse ponto de vista, mas a ciência não pode se contentar com essas classificações empíricas e aproximadas. A mais difundida é a que divide o direito em direito público e direito privado. Ao primeiro caberia regular as relações entre o indivíduo e o Estado; ao segundo, as dos indivíduos entre si. Mas quando se procura examinar os termos de perto, a linha de demarcação, que parecia tão nítida à primeira vista, se apaga. Todo direito é privado, no sentido de que são sempre e em toda parte indivíduos que se encontram em presença e que agem; mas sobretudo, todo direito é público, no sentido de que o direito é uma função social e de que todos os indivíduos são, embora a títulos diferentes, funcionários da sociedade.²⁶

Para Durkheim, a solidariedade social seria o laço que prenderia os indivíduos, uns aos outros, em uma determinada sociedade, sem o qual não haveria uma vida social. Para entendê-la, deve-se levar em consideração as

²⁵ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 31.

²⁶ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p.36.

ideias de consciência individual e consciência coletiva. Cada indivíduo teria uma consciência própria (individual) com características peculiares, ligadas à personalidade, através da qual faria escolhas e tomaria decisões. Mas, como a sociedade não é a simples soma de homens (e suas consciências individuais), existe também uma consciência coletiva que influenciaria a consciência individual. A consciência coletiva seria a responsável pela formação dos valores morais e sentimentos comuns dos indivíduos, das noções do que é eticamente certo ou errado e, dessa forma, direcionaria o comportamento dos homens. Assim, a solidariedade social seria responsável pela coesão entre as pessoas de uma sociedade e, segundo ele, poderia ser definida como solidariedade mecânica ou solidariedade orgânica.

Nas sociedades mais simples, notadamente aquelas pré-capitalistas, prevaleceria a sociedade de solidariedade mecânica, na qual o indivíduo estaria ligado diretamente à sociedade, prevalecendo as escolhas e comportamentos mais consideráveis à consciência coletiva, e não necessariamente o desejo individual. Quanto mais forte a consciência coletiva, maior a intensidade da solidariedade mecânica que determinaria o sentimento de pertencimento a uma determinada família, religião ou nação. Nessas sociedades haveria uma tendência de harmonização dos indivíduos. Assim, eles não teriam características muito diferenciadas em suas personalidades e, caso as tivessem, não estariam integrados no grupo social.

Já nas sociedades mais complexas, que se estruturaram no período pós-capitalista, prevaleceria a solidariedade orgânica, que teria se desenvolvido a partir da nova estrutura industrial de divisão social do trabalho, na qual os indivíduos exercem funções mais específicas e especializadas, diferenciadas entre si, mas interdependentes para a obtenção de um resultado final.

Na solidariedade orgânica, ocorre o enfraquecimento da consciência coletiva, abrindo espaço para a individualidade, para uma maior interpretação individual dos imperativos sociais, para a diversidade. Cada pessoa é uma peça da grande engrenagem produtiva e a função por ela exercida é que marcará o seu lugar na sociedade. O elemento de ligação dos indivíduos não

se limita mais às suas semelhanças e passa a ser a interdependência resultante de diferenças, da complementariedade.

Então, para Durkheim, tanto a semelhança quanto a dessemelhança podem ser causa de solidariedade. Todavia, ele não falava de quaisquer dessemelhanças, mas daquelas que se complementam. Embora ele tenha enfatizado a questão social, isso pode se dar de forma individualizada, com sentimentos como a amizade, o amor e o sexo. Uma pessoa pobre pode se apaixonar por um colega do bairro da periferia com quem se identifica culturalmente ou por um milionário que lhe transportará para um mundo mais elitista. Dessa forma, quando um indivíduo busca alguém igual, ele está agindo de modo coerente com os seus valores e tentando reforçar a sua individualidade. Mas, quando busca alguém diferente, está à procura de algo que ele não tem ou que ele não é, se fortalecendo com a diversidade de valores. Por isso é muito interessante quando uma sociedade ou suas tribos internas se preservam cultuando suas características coletivas originais, mas é também muito rico observar quando elas se misturam e aceitam um elemento forasteiro, como parte do grupo se fortalecendo com valores diversificados.

Em um período histórico muito próximo à Comuna de Paris e pelos mesmos motivos, Otto Bismark, enquanto chanceler do Império Alemão (1871-1890), adotou medidas semelhantes às do solidarismo francês. Implantou um modelo de governo centralizador e lutou contra os crescente movimentos sociais. Como estratégia para diminuir a influência de tais movimentos, Bismarck implantou um sistema de previdência social pioneiro e editou leis trabalhistas avançadas para a época, incluindo o reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores, a lei contra acidentes de trabalho, seguros para doenças e invalidez. Com mão-de-ferro, ele planejava e executava as ações sociais, o que lhe proporcionou vasto apoio popular, especialmente da classe operária.

O solidarismo jurídico francês e o *welfare state* de Bismark foram as bases para as posteriores doutrinas da social-democracia desenvolvidas na Europa. No entanto, a especialização e divisão do trabalho no regime capitalista, a globalização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e

intensificação do multiculturalismo tiveram influência determinante na transformação do papel do homem na sociedade. Ao mesmo tempo em que o homem ganhava espaço para desenvolver a sua individualidade, lutar por seu espaço como ser único, ele ganhava também consciência da necessidade de atuar socialmente.

O possível paradoxo da valorização do individual frente à consciência do social foi objeto de detida análise de Anthony Giddens:

A solidariedade vem sendo há longo tempo um tema da social-democracia. O legado original de Marx foi ambivalente no tema do individualismo *versus* coletivismo. Marx falou do desaparecimento do Estado com o advento de uma sociedade socialista plenamente amadurecida, em que o “o livre desenvolvimento de cada um determinará o livre desenvolvimento de todos”. Na prática, tanto o socialismo quanto o comunismo punham forte ênfase no papel do Estado na geração tanto da solidariedade quanto da igualdade. O coletivismo tornou-se um dos traços mais destacados a distinguir a social-democracia do conservadorismo, que ideologicamente enfatizava muito mais “o individual”. Uma atitude coletivista foi também parte da ideologia democrática cristã em países da Europa continental. [...] Com alguma supersimplificação, poder-se-ia dizer que a social-democracia clássica foi mais bem-sucedida e mais bem desenvolvida em países menores, ou países com culturas nacionais homogêneas. Todos os países ocidentais, no entanto, tornaram-se culturalmente mais pluralistas, com uma proliferação de estilos de vida – uma consequência, em parte da própria afluência que a “sociedade do *welfare*” ajudou a produzir. Como sua nova posição é mais baseada num afastamento relutante dos velhos pontos de vista do que positivamente motivada, não é de surpreender que os social-democratas tenham tido de lutar para se acomodar à crescente importância do individualismo e à diversidade dos estilos de vida. Eles foram incapazes de decidir até que ponto o novo individualismo é mesmo do indivíduo interesseiro retratado na teoria econômica neoliberal e, portanto, a ser cerceado por coibições. Afinal de contas, foi para contestar precisamente essa ideia do “indivíduo autônomo” que o socialismo se desenvolveu.²⁷

Giddens enfatizou que o novo individualismo não significa decadência moral e que as gerações mais jovens, embora zelosas por suas individualidades, são mais sensíveis para as questões morais do que as gerações anteriores, mas alertou que é preciso encontrar um novo equilíbrio entre o individual e as responsabilidades coletivas:

²⁷ GIDDENS, Anthony. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 44.

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno relacionado mais com o impacto da globalização num sentido amplo do que com a mera influência de mercados. O *welfare state* desempenhou seu papel. Erigidas sob a égide do coletivismo, instituições do *welfare* ajudaram a libertar os indivíduos de algumas das fixidades do passado. Em vez de ver nossa época como marcada pela decadência moral, portanto, faz sentido vê-la como uma época de transição moral. Se o individualismo institucional não é sinônimo de interesse pessoal, ele representa uma ameaça menor para a solidariedade social, mas implica que devemos buscar novos meios para produzir essa solidariedade. A coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou apelo à tradição. Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que fizeram gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas consequências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos. [...] O novo individualismo segue de mãos dadas com pressões por maior democratização. Todos nós temos de viver de maneira mais aberta e reflexiva que gerações anteriores. Essa mudança não é em absoluto apenas benéfica: novos temores e ansiedades passam a ocupar o primeiro plano. Mas muitas possibilidades positivas adicionais emergem também.²⁸

Os novos valores morais e a solidariedade que sensibilizam as novas gerações não são meramente materiais e estão ligados a questões ecológicas, direitos humanos, orientação sexual, na manifestação de ideias e na expressão cultural. Em aparente paradoxo, a solidariedade é forma de preservação da própria individualidade, na medida em que, ao defender os direitos de outros – iguais ou desiguais – o direito próprio é defendido e fortalecido.

3. A solidariedade no direito positivo

Como visto, a partir da Revolução Francesa, a Declaração de Direitos do Homem iniciou uma positivação da solidariedade. Os ideais da igualdade, liberdade e fraternidade repercutiram em todo o mundo, abrindo as portas para um processo de amadurecimento jurídico em torno da solidariedade. Ao longo dos anos, o caminho natural foi conferir-lhe *status* constitucional, tal como ocorreu no México. Em 1917, o país promulgou a primeira Constituição socialmente avançada, contendo importantes avanços sociais, tais como direitos trabalhistas, reforma agrária, regulação da exploração do solo e subsolo.

²⁸ GIDDENS, Anthony. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 46-47.

O mentor da Constituição Mexicana foi Venustiano Carranza, ex-ministro do governo de Francisco Madero, que fora derrubado por Victoriano Huerta. Carranza liderou um movimento contrarrevolucionário conhecido como *Exército Constitucionalista*, defendendo a restauração da constituição liberal de 1857. Ao lograr êxito contra Huerta, em maio de 1915, Carranza assumiu a presidência e flexibilizou suas ideias liberais para agradar seus apoiadores e consolidar a união das forças contrarrevolucionárias. Em setembro de 1916, Carranza convocou a nova assembleia constituinte e em fevereiro de 1917 aprovou uma nova Constituição, elegendo-se na sequência Presidente do México.

De fato, a Constituição de 1917 trouxe um grande avanço, retirando o Estado do seu papel neutro e colocando-o em uma postura ativa para a realização dos direitos individuais e sociais, visto que de nada adiantava assegurar formalmente a liberdade e a igualdade e se acomodar a inexistência das condições fáticas para a sua realização.

Apesar de não ter conseguido realizar grande parte de suas promessas, a Carta mexicana abriu um novo paradigma no direito constitucional. Pouco tempo depois, em 1919, a Constituição de Weimar trouxe importantes avanços sociais, vislumbrando uma sociedade mais solidária. Mais tarde, essa onda do constitucionalismo social foi consolidada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que inclusive resgatou o ideal da fraternidade, negligenciado pela Declaração de 1798:

Artigo 1. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.²⁹

No caso do Brasil, o país não ficou alienado ao processo de elevação da solidariedade ao *status* legal e constitucional. A Constituição de 1934, que durou apenas três anos, contemplou diversas normas de proteção social, inclusive normas de proteção do trabalhador (artigo 121, *caput*), como a fixação

²⁹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, in: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acessado em 18.11.2018.

de salário mínimo, a proibição de diferenciação salarial por motivo de idade, sexo, estado civil ou nacionalidade, a limitação da jornada de trabalho em oito horas diárias, o repouso semanal remunerado, a proibição de trabalho aos menores de quatorze anos, férias anuais remuneradas, a indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa e o reconhecimento das convenções coletivas de trabalho. Ela garantiu ainda o direito de voto das mulheres e o direito de interposição do mandado de segurança. Também previu que a educação era um direito de todos, com obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e expressamente contemplou a solidariedade:

Artigo 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.³⁰

A Constituição de 1946 trouxe de volta vários dos direitos sociais previstos na Constituição de 1934, inclusive em relação aos trabalhadores, e, da mesma forma, fez expressa referência à solidariedade, novamente atrelada ao direito à educação.³¹ Estabeleceu, em seu artigo 166, que “a educação é um direito de todos e será dada no lar e na escola” e que “deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”.

A Constituição da República de 1988 consolidou e ampliou o rol de direitos sociais e, já no seu preâmbulo, afirma categoricamente que ela se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. E, em seguida, no artigo 3º, contempla a solidariedade de forma direta e indireta:

³⁰ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acessado em 18.11.2018.

³¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acessado em 18.11.2018.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.³²

A solidariedade está implícita também em diversos outros artigos da Constituição de 1988, como destacado por Daniel Sarmento:

Na verdade, o texto constitucional brasileiro acena, em diversas passagens, no sentido da corresponsabilidade dos particulares em relação à garantia dos direitos sociais não-trabalhistas. Assim, no artigo 194, estabeleceu o constituinte que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” Já o artigo 205 da Lei Maior dispõe que a educação “é um direito de todos e dever do Estado e da família”, determinando que ela deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Neste mesmo diapasão, o art. 227 da Constituição atribuiu não só ao Estado, mas também “à família e à sociedade” o dever de assegurar à criança e ao adolescente seus direitos fundamentais, o mesmo ocorrendo em relação às pessoas idosas (art.230, CF).³³

Com base no texto constitucional, Sarmento destaca que, a partir de 1988, a solidariedade deixou de ser uma mera virtude altruística e foi elevada ao *status* de princípio constitucional, e como tal apto a gerar direitos e obrigações, inclusive na esfera privada, e a fundamentar restrições proporcionais às liberdades individuais.³⁴ Leciona que a solidariedade é responsabilidade não apenas dos poderes públicos, mas da sociedade e de cada um dos seus membros individualmente.

Interessante observar que, da mesma forma que as Constituições de 1934 e 1946, a Constituição de 1988 traz o conceito de solidariedade atrelado à educação, embora, desta feita, de forma indireta. No artigo 205, a

³² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 18.11.2018.

³³ SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004, p. 334

³⁴ SARMENTO, Daniel. **Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 71.

solidariedade está prevista como forma de promover a educação, e, no artigo 208, a solidariedade está prevista como forma de distribuir a educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.³⁵

A despeito do arcabouço legal, a desigualdade social tem permanecido com uma das grandes preocupações. Neste sentido, diz Ana Lúcia Sabadell:

Não podemos, por exemplo afirmar que existe liberdade e igualdade no acesso aos bens educacionais e culturais, pelo fato de existir uma norma que permite o acesso de todos a tais bens. Se os preços destes bens são inacessíveis para a maioria da população, então a liberdade e a igualdade perdem todo significado. Assim sendo, podemos afirmar que um sistema jurídico “neutro” corresponde sempre aos interesses dos mais fortes, porque trata de forma igual pessoas desiguais. Essa opção favorece, na prática, a desigualdade social.³⁶

De certa forma, esse paradoxo pode ser explicado por um embate ideológico. Apesar do fim da guerra fria, do triunfo da economia capitalista e da proliferação de princípios socializantes nas Constituições da grande maioria dos países, a maneira de concretizar a solidariedade não tem sido pacífica, e as disputas entre defensores do liberalismo e do socialismo têm se tornado mais tensos e tendentes à radicalização.

³⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 18.11.2018.

³⁶ SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica. Introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 186.

Esse embate já aparece de forma latente na Constituição de 1988, que prevê em seu artigo 1º os seguintes princípios fundamentais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;³⁷

Do texto acima é possível concluir que o Brasil, por ter a “livre iniciativa” como um princípio constitucional, não pode ser uma república socialista na qual o Estado é o gestor das iniciativas sociais econômicas, logo o Brasil pode ser definido como uma república capitalista. E também é forçoso concluir que, a despeito do Brasil ser uma república capitalista, os valores sociais erigidos à condição de princípios fundamentais devem ser limitadores da livre iniciativa.

O artigo 170 da Constituição vigente também apresenta princípios da livre iniciativa e livre concorrência, mesclados com princípios de cunho social:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI- defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego.³⁸

Outros artigos constitucionais sugerem esta ponderação de princípios como se vê, por exemplo, no tratamento dado ao direito de propriedade (artigos 5º, caput, incisos XXII, XXIII e XIX, e 185 e 186), à exploração das atividades de assistência à saúde (artigo 199) e educacionais (artigo 209) e à limitação da atuação do Estado na exploração direta da atividade econômica (art. 173), dentre outros.

³⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 18.11.2018.

³⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 18.11.2018.

Também nos artigos 7º e 8º, que preveem uma série de direitos especiais para os trabalhadores, há uma evidente limitação da livre iniciativa em reconhecimento da condição inferior dos trabalhadores em relação aos empregadores e da necessidade de lhes garantir uma base mínima de direitos que lhes possibilitem uma vida digna, tais como jornada máxima de trabalho, salário mínimo, férias anuais, aviso prévio e direito de associação sindical.

Portanto, a Constituição tem uma base capitalista, permeada de princípios e aplicações socializantes. Trata-se de uma ponderação de princípios ou, em outras palavras, uma solidariedade das ideias, de maneira que, partindo de um ponto inicialmente definido, é possível respeitar o ponto extremamente oposto, caminhando em direção a ele. Dessa forma, tal como no Taoísmo ou na filosofia de Heráclito, a solidariedade pode atuar como elemento de equilíbrio de correntes opostas de pensamento político para uma vida mais harmônica em sociedade.

4. Paideia, solidariedade e cidadania

Num trabalho que se tornou clássico, Robert Putnam estudou o associativismo nos Estados Unidos.³⁹ Se Tocqueville tinha ficado impressionado com a capacidade dos americanos de formar grupos, clubes, igrejas, e de se engajarem de forma cívica, o constato de Putnam um século e meio depois era desolador: o grau de associativismo vinha caindo de forma constante e as pessoas estavam indo jogar boliche sozinhas. Essa perda de capital social, termo que não foi cunhado por Putnam, mas que ganhou notoriedade depois dos seus trabalhos, é prejudicial para a sociedade. Há um ganho, próprio à noção de capital, quando as pessoas se relacionam umas com as outras. Como diz o jargão popular, a união faz a força.

O que poderia estar por traz dessa perda de capital social? Burton J. Bledstein, num livro famoso, mostrou como o ensino superior americano foi a principal ferramenta para formar o espírito de competitividade, mérito,

³⁹ PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: America's declining social capital**. Journal of Democracy. v.6. n.1, p.65-78, jan. 1995.

competência, daquilo que ele chamou de “*culture of professionalism*”.⁴⁰ A universidade foi essencial para esse esforço – dizia ele –, “(...) ela se tornou uma instituição central na economia política americana, caracterizada pela consciência de status e de competitividade.”⁴¹ Dessa forma, se somarmos as teses de Putnam e de Bledstein, podemos formular a hipótese de que, em especial ao longo da segunda metade do século XX, com a onda neoliberal, o sistema educacional pautado na meritocracia, que tem a universidade no topo da pirâmide, foi responsável por uma valorização do individualismo, uma queda do capital social e uma depreciação da ideia de solidariedade.

Na introdução, ao falarmos da reação de Sócrates contra os Sofistas, vimos que as críticas ao excesso de individualismo não é uma novidade. O próprio conceito grego de *Paideia*, como mostrou Werner Jaeger, foi uma tentativa de conciliar os interesses individuais com os coletivos, e de onde surgiu a ideia de cultura. Afinal, segundo ele, a cultura pode ser entendida como a “totalidade das manifestações e formas de vida que caracterizam um povo”.⁴² Esse é o seu sentido amplo, antropológico, identificado nas mais remotas sociedades. Mas Jaeger lamenta que esse conceito – majoritário hoje em dia – esconda uma segunda definição de cultura, identificada com a *Paideia*, muito mais significativa. Nesse sentido, a cultura não é “um ‘aspecto exterior da vida’, κατασκευη του βίου, incompreensível, fluido e anárquico”⁴³, ela é consciência antropocêntrica, que surgiu com o individualismo grego, somada à vontade de construir algo maior de forma coletiva:

a descoberta do Homem [pelo povo Grego] não é a do *eu* subjetivo, mas a consciência gradual das leis gerais que determinam a essência humana. O princípio espiritual dos Gregos não é o individualismo, mas o “humanismo”, para usar a palavra no seu sentido clássico e originário (...) [que] teve, ao lado da acepção vulgar e primitiva de humanitário (...) um segundo sentido mais nobre e rigoroso. Significou a educação do Homem de acordo com a verdadeira forma humana, com o seu autêntico ser. Tal é a genuína

⁴⁰ BLEDSTEIN, Burton J. **The Culture of Professionalism. The Middle Class and the Development of Higher Education in America**. New York: W. W. Norton & Company, 1976.

⁴¹ BLEDSTEIN, Burton J. **The Culture of Professionalism**, p. 333.

⁴² JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7-8.

⁴³ JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7-8.

paideia grega (...) Não brota do individual, mas da ideia. Acima do Homem como ser gregário ou como suposto *eu* autônomo, ergueu-se o Homem como ideia. A ela aspiram os educadores gregos, bem como os poetas, artistas e filósofos.⁴⁴

Nesse sentido, a *Paideia* está intimamente ligada com a ideia de viver de forma harmônica em sociedade e poder criar um espírito de cidadania. É a interação do indivíduo com a sociedade que gera o cidadão, esse ser que quer preservar o seu “eu”, que quer ser respeitado por suas peculiaridades, que quer ter o direito de ser igual ou diferente, mas, ao mesmo tempo, que quer participar da comunidade, ser solidário, ser agente de mudança para um mundo melhor. A cidadania pode então ser ensinada e desenvolvida através da educação, e as escolas devem estar cientes e preparadas para esse mister. Nas palavras de Roberto Damatta:

[...] é importante acentuar que as discussões em torno da noção [de cidadania] têm sido sempre de caráter jurídico-político-moral, quando ela também comporta uma dimensão sociológica básica, já que ser cidadão (e ser indivíduo) é algo que se aprende, e é algo demarcado por expectativas de comportamento singulares [...].⁴⁵

Dessa forma, a educação, em todos os seus níveis, deve funcionar como instrumento realizador da solidariedade, abrindo espaços de integração do aprendizado com o cotidiano social, ampliando as possibilidades de desenvolvimento social e formando cidadãos, indivíduos com consciência coletiva. Essa nos parece a maneira de potencializar as dimensões da solidariedade analisadas ao longo deste trabalho.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foram destacadas diversas dimensões da noção de solidariedade. De forma filosófica, ela está presente na ideia de complementariedade ou de valorização das diferenças, tal como em Heráclito ou na cultura do Taoísmo. No seu aspecto moral, a solidariedade encontra-se

⁴⁴ JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 14-15.

⁴⁵ DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Rocco, 1997, p.66.

ligada sobretudo às correntes religiosas, na sua defesa das pessoas desprivilegiadas. Com relação a sua estrutura social, a solidariedade passou a ser vista como um ideal de uma sociedade mais justa e fraterna, cuja efetivação depende da figura do Estado. Por fim, no plano jurídico, vimos como o direito constitucional, aos poucos, foi positivando princípios ligados à ideia de solidariedade. Todas essas dimensões da solidariedade ainda se encontram presentes na sociedade, muitas delas oscilando ou necessitando de uma efetiva concretização, mas não há dúvidas de que, se desejamos manter essa característica inerente ao ser humano, não podemos perder o foco da educação.

Nesse sentido, vimos como, desde os gregos, por meio do conceito de *Paideia*, a solidariedade faz parte de uma concepção de ser humano que inaugura a ideia de cultura. Trata-se de algo imprescindível para se viver em sociedade e que precisa ser estimulado desde cedo. O próprio Tocqueville, na esteira da reflexão mencionada anteriormente, chamou a atenção para a importância da educação, tanto nas escolas como na prática cotidiana da cidadania e do associativismo, para formação de uma coletividade harmônica.⁴⁶ John Dewey⁴⁷, mais tarde, nos Estados Unidos, e também Anísio Teixeira⁴⁸ e Paulo Freire⁴⁹, no Brasil, deram sequência e reconstruíram o pensamento de Tocqueville de forma contundente, mostrando que democracia e educação, pautadas na intersubjetividade, são ideias indissociáveis para aqueles que desejam viver em sociedade. Não há dúvidas então de que esse é um desafio constante, mas necessário, para que a solidariedade possa permanecer ativa no seio da sociedade.

Referências das fontes citadas

⁴⁶ TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

⁴⁷ DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Collier Books, 1963.

⁴⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁴⁹ TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

BLEDSTEIN, Burton J. **The Culture of Professionalism. The Middle Class and the Development of Higher Education in America**. New York: W. W. Norton & Company, 1976.

BLOOM, Paul. **O que nos faz bons ou maus**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acessado em 18.11.2018.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, in:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 18.11.2018.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Rocco, 1997.

DARWIN, Charles. **The descent of man**. Chicago; London; Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952, esp. cap. III.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. In: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em 18/11/2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, in: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acessado em 18.11.2018.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Collier Books, 1963.

DUGUIT, Léon. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Ícone, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acessado em 18.11.2018.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. São Paulo: Editora Pensamento, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

MONDOLFO, Rodolfo. **O pensamento antigo**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1971.

MONROE, Paul. **História da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

MORIN, Edgar. **O método III**. Lisboa: Publicações Europa – América, 1993.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: America's declining social capital**. Journal of Democracy. v.6. n.1, p.65-78, jan. 1995.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica. Introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SAMPAIO JUNIOR, Rodolpho Barreto. **Da Liberdade ao Controle. Os riscos do Novo Direito Civil Brasileiro**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2009.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

SARMENTO, Daniel. **Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

WU, J. **Tai Chi Chuan: a alquimia do movimento**. Rio de Janeiro. Mauad. 2010.